



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
FREIXO DE ESPADA À CINTA  
REALIZADA NO DIA TREZE  
DE AGOSTO DO ANO DE DOIS  
MIL E DEZANOVE.**

----- No dia treze de agosto do ano dois mil e dezanove, nesta vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Maria do Ceu Quintas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores vereadores: Rui Miguel Roxo Portela, Fernando António da Silva Rodrigues, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira e Dr.<sup>a</sup> Antónia da Conceição Meireles Coxito. -----  
----- Secretariou: Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município. -----

Pela Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e trinta minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e distribuída.

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**I- INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS. -----**

----- No período de antes da ordem do dia usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “hoje vamos fazer de uma forma diferente a ver se de uma vez por todas terminam as confusões com as atas e a pessoa que faz as atas não tem o trabalho, porque com o gravador é complicado e arrançámos uma solução com os nossos serviços para que a partir de agora tudo fique registado porque para mim os Municípes estão



---

primeiro e da maneira que as atas estão a ser reprovadas não sou eu que me estou a penalizar, nem é a mim que me estão a fazer mal é aos Munícipes, portanto, tudo agora ficará lá, vamos ver se mesmo assim não concordam com as atas”.

**II- INTERVENÇÃO DO VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. --**

--- Solicitou de seguida a palavra o vereador Fernando Rodrigues que referiu:” Que com este sistema de gravação de atas, deve-se falar pausadamente e não entrar em diálogo, para que as vozes não se sobreponham e fiquem todas registadas.”

**III- INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO FERREIRA. -----**

--- Solicitou de seguida a palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: “Não sei se é por ser a Festa do Verão que temos uma maior sensibilidade para estas questões e se assim é falando um bocadinho mais a sério, porque acho que também devemos de vez em quando brincar, brincar de forma séria, saúdo a medida que já deveria estar desde o início e se assim for e ficar tudo no gravador e transcrito para a ata tal e qual como se diz, penso que mais nenhum problema se levantará em relação às atas, aliás algo que nunca deveria ter sido colocado que era mesmo a gravação das atas, esse é o principal fator que aqui advém e saúdo essa medida, penso que faz todo o sentido, aliás peca por tardia. -----

--- O segundo ponto e nota que quero deixar aqui presente é que a senhora Presidente diz que não quer o mal dos Munícipes e que quem não é prejudicada e você são os Munícipes, como é óbvio isso foi sempre o que viemos a alertar e por isso mesmo é que nos debatemos para que ficasse e constasse tudo nas atas porque é pelo bem dos Munícipes que nos aqui estamos todos e é dessa forma que nós salientamos e pugnamos todos os dias para desenvolver este Concelho e este Município para a frente dando o nosso contributo enquanto Vereadores da oposição e fazendo propostas construtivas, fazendo esclarecimentos quando são devidos e também todo aquilo que é necessário e também o próprio debate. -----

----- Depois também seguidamente em relação ao que o Vice-Presidente falou, o Vice-Presidente Fernando Rodrigues, concordo plenamente sobre a sua intervenção mas já registro uma nota é que em debate é normal, por isso pressupõe o nome de debate, é norma que haja interrupção de parte a parte e não vamos estar aqui a culpar a senhora Presidente porque interrompe, ou vamos estar a culpar a Vereadora Antónia porque interrompe porque isso é



---

de parte a parte e quando isso assim é todos nós temos culpa quando isso acontece, acredito que possa haver momentos em que de facto vamos ser interrompidos uns pelos outros, não tenho a menor dúvida, embora em paute sempre e é essa a minha conduta aqui nas reuniões de câmara, salvaguardando uma vez ou outra que também o tenha feito que é falar pausadamente cada um na sua vez e fazendo a sua intervenção e explicando que é para isso mesmo que aqui estamos, essa era a primeira nota que queria deixar antes da ordem do dia. -----

----- Depois aquilo que me leva a falar antes da ordem do dia é aqui dois esclarecimentos que me parecem fulcrais para o desenvolvimento da vida deste Município, esclarecimentos e questões que têm a ver com a questão de ajustes diretos. -----

----- Todos nós sabemos que tem sido apanágio deste Executivo fazer bastantes ajustes diretos, é uma política que está já enquadrada no seguimento da senhora Presidente da Câmara e a mesma saberá dar razão e resposta em relação a isso mas, há aqui um ajuste direto, aliás sobre uma firma que já tinha falado anteriormente que era de um valor bastante elevado e terei que falar novamente sobre a mesma porque torna a vir outro valor bastante elevado quando ainda decorre um contrato sobre a mesma. –

----- E a primeira questão que eu gostaria de colocar e esclarecimento é qual a razão para a aquisição da prestação de serviços de consultadoria para recuperação de impostos à firma Abecassis Moura Marques Advogados no valor de 172.200€ pelo período de um ano. Este contrato foi celebrado agora em julho quando ainda está um contrato em vigor de abril, ora bem, esta firma de advogados, tive a oportunidade de consultar a página deles e tem uma série de serviços que prestam, eu suponho que quando se faz um contrato avultado como foi feito o anterior já engloba esses serviços todos, não consigo perceber com sinceridade. -----

----- Duas notas muito rápidas, a primeira é que o Município de Freixo de Espada à Cinta também faz parte da Associação de Municípios do Douro Superior e esta Associação também celebra com esta firma contratos e nós sendo membros desta Associação, a não ser que não paguemos as quotas, mas eu penso que isso está em dia, pelo menos nada nos foi transmitido em sentido contrário, não pudésemos também usufruir desses mesmos serviços, essa é a primeira nota. -----

----- A segunda nota que me parece mais relevante, dependendo que não se possa usufruir desses serviços, o porquê de estar a gastar este montante que já me parece bastante elevado, aliás parece-nos bastante elevado, que entre um contrato e outro e no espaço de poucos meses ascende já a



355.470€ em dois ajustes diretos, parece-me bastante elevado e gostaria também de saber o que é que a Câmara de Freixo tem a seu encargo e a nível de consultadoria, a nível de encargos judiciais ou penalizações judiciais ou processos judiciais de grande porte que justifique a contratação destes serviços jurídicos por tão elevado valor porque, atrevo-me a dizer que em todas as Câmaras deste País Freixo deve estar no top cinco daquelas que mais gastam a nível de serviços jurídicos e isso eu não consigo entender mas, darei oportunidade à senhora Presidente a seguir, se assim o entender de esclarecer o porquê deste ajuste direto deste montante, torno a referir que são 172.200€ quando antes já estava um de 183.270 e o total dos dois perfaz o montante de 355.470€, esta era a primeira nota que eu queria deixar, não sei se a senhora Presidente quer responder já ou se prefere que faça tudo seguido e depois no final responde como é apanágio normal. -----

----- Em relação à segunda questão que gostaria de ver esclarecida é também, nós na última reunião de câmara questionámos aqui sobre qual é que era o montante gasto mensalmente com ajustes diretos, ou seja, nomeadamente com recibos verdes, contratos com ajustes diretos que eram celebrados e o número de pessoas que efetivamente estavam a trabalhar para o Município fora dos quadros da Câmara. Alertámos também que é uma situação de precariedade e de forma ilusionista um bocado porque está a comprometer o futuro dessas pessoas para um futuro bem próximo porque normalmente todos esses contratos são por um ano e não nos parece que queira haver continuidade mas, aquilo que também já afirmámos no passado é que são valores sempre bastante altos, prova disso mesmo e aqui é que eu gostaria de entrar na questão que me traz aqui hoje a colocá-la é, qual a necessidade da aquisição de prestação de serviços de uma licenciada em engenharia alimentar e higiene e segurança no trabalho, o nome não vou referir, no valor de 17.703,85€ o que perfaz por mês 1.487,82€, gostaria de saber o porquê desta aquisição desta prestação de serviços quando já existe uma empresa que faz este tipo de serviços para o Município já há bastante tempo e também a segunda questão é onde é que irão colocar esta funcionária, embora seja a recibos verdes, a trabalhar em que departamento da Câmara é que a mesma irá trabalhar, para já era as duas notas que gostaria de deixar, depois mediante a resposta da senhora Presidente poderei ou não intervir, é só”. -----

**IV- INTERVENÇÃO DA VEREADORA ANTÓNIA COXITO. -----**



---

--- Usou de seguida da palavra a vereadora senhora Antónia Coxito que referiu: “Não me voou alongar muito mas, obviamente não podia deixar passar a questão do gravador que louvo imenso, aliás isto era tudo aquilo que nós temos vindo a pedir, reivindicar o que é de direito desde o primeiro dia em que o gravador foi retirado. Louvamos de que uma vez por todos em prol e em benefício dos Freixenistas e de todos que possam eventualmente estar interessados no acompanhamento dos trabalhos da Autarquia e também do trabalho que é realizado durante as reuniões de Câmara que o gravador esteja presente e que seja feita a transcrição que foi sempre aquilo que nós pedimos, portanto, sobre essa medida só temos obviamente que louvar e muito do que tem sido discutido ao longo deste tempo podia ter sido evitado se isso tivesse acontecido, portanto, finalmente repõe-se uma situação que devia existir desde o início. -----

----- Depois um pouco na sequência dos ajustes diretos eu gostava também de perguntar da contratação pública e dando sequência ao que já foi perguntado pelo meu colega Nuno Ferreira, se tem noção em concreto de quanto é que já gastou, pelo menos em compromissos assumidos, em todas estas rúbricas especialmente em ajustes diretos e volto a repetir mas não só desde o início do ano até hoje. -----

----- A segunda questão prende-se com uma notícia que saiu esta semana, ou melhor a semana passada, na Rádio Ansiães e que fala de Freixo, entre outras coisas que não interessa mas especificamente sobre Freixo de Espada à Cinta diz o seguinte: Freixo de Espada à Cinta continua a ser o Município do Distrito de Bragança que mais tempo demora a pagar aos fornecedores. Esta notícia saiu no dia seis de agosto de 2019 e à qual eu acrescento mas não é só aquele Município que mais demora a pagar no Distrito de Bragança mas é o terceiro pior Município a nível do prazo médio de pagamento em todo o País, ou seja, ao nível dos trezentos e oito Municípios, isto não é novidade, não é só de agora, nós já tínhamos alertado aquando da discussão e votação relativamente à prestação de contas que na altura se situavam em 343 dias o prazo médio de pagamento, nós dissemos isto vai subir e vai ultrapassar o ano, a senhora Presidente na altura desmentiu-nos, disse nada disso, nada disso e nós dissemos vamos esperar para ver. -----

----- Nessa altura estava como sempre a quarta pior Câmara a nível do prazo médio de pagamento do País, neste momento ainda é pior, ou seja, neste momento já passou para o terceiro pior a nível dos trezentos e oito Municípios, portanto, gostava que a senhora Presidente comentasse a notícia e nos dissesse algo sobre o assunto, para já é só”. -----



**V- INTERVENÇÃO DA VEREADOR RUI PORTELA. -----**

-----Usou de seguida da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “Este assunto é sobre um processo de obras, se calhar é ali com a Divisão de Obras mas pronto eu vou fazer a pergunta na mesma. Isto é relativamente a um processo de obras de 2015 número 12 de Avelino António Silva Fernandes, ora bem, eu estou a falar em nome do proprietário do imóvel, não sei se me podem responder ou não, só estou a pedir um esclarecimento do que é que se passa que os proprietários do imóvel não sabem muito bem o que devem fazer, acho eu. A senhora Presidente penso que já o abordou aqui há poucos dias e eles continuam a nadar na água seca, fui consultar os pareceres, o parecer da Cultura do Norte é favorável, o Município notificou o proprietário e gostaria de saber qual é o problema neste momento, se está legal se não está, eles estão um pouco à rasca e também são parte interessada em resolver o problema, não sei se é possível resolve-lo, se têm razão se não têm, eu queria poder ajudar nesse aspeto, não sei se posso receber alguma explicação sobre isso ou não ou se os mando cá a eles, penso que já falaram com a senhora Presidente há poucos dias, eles não têm notificação, não têm carta registada nem nada, apenas a palavra da senhora Presidente e gostava de saber o que é que se passa se me pudessem dizer, para já é só”. -----

**VI- INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS.-----**

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo: “Em resposta ao senhor Vereador Nuno, em relação aos ajustes diretos, os ajustes diretos que foram feitos com a empresa de advogados são procedimentos diferentes para coisas diferentes por isso tem que ser feito mais do que um. -----

----- Um tem a ver com tudo o que possam ser pareceres, tribunais, todas essas coisas e o outro que foi feito agora, aliás eu tinha-vos dito numa reunião que ainda iam aparecer mais tem a ver e diz lá mesmo, com a recuperação de impostos em que eles vão, não só para Freixo mas, nós somos uns que aderimos, tentar recuperar impostos que deveriam ter sido entregues às Câmaras e sobre esse montante que eles forem capazes de recuperar, o pagamento deles é feito com uma percentagem desse montante que será recebido. O procedimento que fizemos foi até 140.000€ era bom para a Câmara de Freixo se a percentagem que eles vão receber chegasse a esse montante, era sinal que a Câmara ia receber muito de impostos que



não nos foram entregues, portanto, está feito por esse montante, não quer dizer que chegue lá mas para se poder pagar aquilo em função do que for reavido. -----

----- A Douro Superior não tem nada a ver connosco, a Douro Superior contrata os advogados para assuntos da Douro Superior, não contrata para as Câmaras que fazem parte da Douro Superior. -----

----- Perguntou-me aqui o montante com os recibos verdes, não tenho esse valor, sei mais ou menos mas não o vou dizer sem ter a certeza, porque já é hábito dizerem depois que eu minto. -----

----- A necessidade de contratar uma Engenheira Alimentar e da parte da Higiene e Segurança é precisamente por isso, para deixarmos de ter a empresa que nos está a fazer esse serviço e há muito serviço aqui de levantamentos que essa empresa já fez e que a Câmara tinha que fazer e que não tínhamos ninguém que o pudesse fazer. Há ai coisas já de há dois anos e esse trabalho tem que ser feito, portanto, por isso contratámos uma Técnica da área que vai fazer esse serviço e que depois servirá também para fazer a ponte com a escola. -----

----- Onde vai ficar colocada, desde que esteja colocada num sítio está colocada, desde que tenha uma secretária e uma cadeira para trabalhar, agora se quer saber está junto dos da contabilidade que era onde havia espaço, portanto não há problema nenhum. -----

----- Respondendo à senhora Vereadora Antónia, em relação à notícia não a vi nem comento sequer, se somos o terceiro ou o segundo não faço comentários sobre isso. -----

----- Em relação ao prazo de pagamento posso-lhe dizer que já está a baixar. -----

----- Em resposta ao Vereador senhor Rui Portela sobre a pergunta que colocou, o melhor é os proprietários consultarem a Divisão Técnica de Obras e não se falar sobre esse assunto aqui na reunião de Câmara. -----

#### **VII- INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO FERREIRA. -----**

----- Solicitou de seguida a palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: “sobre as respostas que a senhora Presidente nos deu sobre a firma de advogados Abecassis Moura Marques, a senhora Presidente referiu que são coisas diferentes por isso é feito mais do que um e já tinha alertado que viriam aqui mais ajustes diretos, na altura quando fez essa afirmação nunca insinuou que seria com esta empresa, depreendia-se que pudessem ser mais ajustes diretos nomeadamente de outras situações, essa é a primeira nota. –



----- A segunda nota é que de facto quando se contrata já por aquele valor elevado que foi contratado por 149.000€ já poderia também ter negociado esta mesma prestação de serviços porque na própria empresa é específico na página que se abre os serviços que a mesma dispõe, por isso se já tinha essa ideia já poderia também ter negociado esse montante e depois a outra questão, se eu entendi bem, a senhora Presidente disse, o pagamento deles é feito mediante a percentagem que obtiverem, se a Câmara tiver que pagar 140.000€ é sinal que obtiveram muito mais de impostos, até ai completamente de acordo, agora é que ninguém dá nada a ninguém, eu gostaria de saber qual é o pagamento efetivamente que a Câmara vai realizar a este serviço que está aqui em cima da mesa que foi para consultadoria e recuperação de impostos à firma Abecassis, se existe um mínimo para isto, qual o valor que temos que pagar, porque o valor que está aqui estipulado com IVA é de 172.200€, supondo na sua resposta isto será um máximo que pode haver ou não, suponhamos que até conseguem mais, isto é o máximo independentemente de conseguirem mais, agora em relação ao mínimo, qual será o mínimo que será pago sobre este facto, isto era o que queria salientar. -----

----- A outra resposta que deu em que a Douro Superior contrata para os seus serviços completamente de acordo mas nesses serviços a Câmara de Freixo também faz parte dessa Associação se poderia ou não poderia usufruir dos mesmos, pelo que depreendo da sua resposta não pode usufruir dos mesmos o que é estranho porque até deveria poder, agora em relação à percentagem gostaria então de saber qual é o mínimo. -----

----- Outra questão para colocar sobre aquilo que respondeu sobre a aquisição de prestação de serviços de uma Licenciada em Engenharia Alimentar e Segurança e Higiene no Trabalho, sobre o local onde fica a trabalhar, como é óbvio qualquer funcionário desde que seja colocado condignamente, com condições e com respeito qualquer um se sente valorizado, isso é ponto assente, o que por vezes não acontece mas, em relação a este funcionária sinceramente e esta é a minha opinião pessoal não me parece correto pôr na contabilidade, certamente estaria mais adequada na Divisão de Obras que era onde seria o local indicado para a mesma estar mas, isso é uma questão de gestão do Executivo e o Executivo saberá onde coloca os funcionários, essa é a nota que eu quero deixar. -----

----- Depois também por aquilo que respondeu, quando é que cessa o serviço com esta empresa que está a fazer este serviço, porque aquilo que foi afirmado foi que o intuito é acabar o contrato com a empresa que presta este serviço porque já temos uma funcionária, neste caso para isto, só que





---

esta funcionária é só para um ano, isto vai ser renovado automaticamente todos os anos, qual é que é a ideia em relação a esta questão e é só para já”.

**VIII- INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS.**-----

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Em relação à percentagem não tenho agora presente mas traremos a proposta na próxima reunião de Câmara em que estão lá os montantes e a percentagem sobre a recuperação dos impostos”. -----

**XIX- INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO FERREIRA.** -----

----- Solicitou de seguida a palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: “Então o seu compromisso é trazer na próxima reunião qual é que é o montante mínimo e o máximo, porque se existe um máximo que está estipulado, oxalá que consigam recuperar muitos mais impostos isso era excelente, agora o que eu digo é que tem que haver um valor mínimo para eles terem o trabalho que estão a ter como é que vão ser ressarcidos disso, se existe ou não existe, foi a questão que coloquei. -----

**XX- INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS.**-----

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Se houver um montante maior e ultrapassar isso teremos que fazer outro procedimento para poder pagar o resto”. -----

**XXI- INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO FERREIRA.** -----

----- Solicitou de seguida a palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que referiu: “Em relação a esta questão sobre o máximo já percebi, se sobrepor terá que fazer um novo contrato, agora em relação ao mínimo se eles não conseguirem recuperar nada então nós também, a Câmara não vai ter que pagar nada, correto, é isso que está, ficarei a aguardar pela próxima reunião então por esses esclarecimentos que disse que prestaria. -----  
----- Em relação à questão da Higiene e Segurança no trabalho se a empresa cessa ou não cessa contrato uma vez que vai ficar já uma funcionária a fazer este serviço”. -----



---

**XXII- INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS.**-----

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “A empresa cessa o contrato quando chegar a altura de terminar que é em Março ou Abril do próximo ano e nós temos que os avisar que vamos rescindir o contrato”. -----

**XXIII- INTERVENÇÃO DA VEREADORA ANTÓNIA COXITO. ----**

----- Usou de seguida da palavra a senhora vereadora Antónia Coxito que referiu: “Então vão estar quase um ano com uma repetição de encargos”. ---

**XXIV- INTERVENÇÃO DA VEREADOR RUI PORTELA. -----**

----- Usou de seguida da palavra o vereador senhor Rui Portela que referiu: “A Câmara já fez este tipo de recuperação de impostos, foi com esta firma ou com outra, qual era a outra”. -----

**XXV - INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS.**-----

----- Respondeu a senhora Presidente que a outra empresa era a KPMG e que recebiam quinze por cento daquilo que se recuperava mas depois queriam vinte por cento”. -----

**XXVI- INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO FERREIRA. -----**

----- Usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira que perguntou qual a percentagem desta empresa e são opções que justificará até mudar de empresa se esta for mais benéfica a mim não me mete nenhuma confusão que seja feita por esta empresa, aquilo que a mim me deixou surpreendido foi o ter-se já feito uma aquisição pelo valor de 149.000€ antes sabendo já dos serviços que presta e agora fazer-se novamente por este montante mas, veremos os resultados disto no futuro e se foi benéfico ou não foi sobre isso. -----

----- Sobre a outra empresa registo que a mesma terminará em Março, Abril, ou seja, vai ser quase um ano e também já deduzo e é dessa forma que tenho que encarar que será prolongado e será feita nova aquisição de



prestação de serviços à funcionária que já está em questão se não ficamos sem um e sem outro no espaço de dois ou três meses, correto, é isso. -----  
----- Ainda sobre uma proposta que não referi ao início, porque o gravador efetivamente está, eu gostaria de saber o que é que vai fazer, porque também não está na ordem do dia em relação à proposta que nós mandámos atempadamente e com todos os propósitos. Nessa proposta há algo que já está aqui colmatado que é a questão da gravação das reuniões e passar a ser transcrito tudo na íntegra o que nos parece corretíssimo e aliás já saudámos essa medida que peca por tardia mas nessa proposta em relembro também que também vinha na última reunião de cada mês e que é aberta ao público que a mesma fosse transmitida nas plataformas digitais, eu gostaria de saber se isso efetivamente vai ser feito por parte do Município ou se vai ter em conta a proposta apresentada pelos Vereadores da oposição e será debatida na próxima reunião de Câmara”. -----

**XXVII- INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS.**-----

----- Respondeu a senhora Presidente de Câmara referindo que isso não vai ser feito. -----

**XXVIII- INTERVENÇÃO DA VEREADORA ANTÓNIA COXITO. --**

----- Solicitou de seguida a palavra a vereadora senhora Antónia Coxito que referiu: “Eu voltaria novamente à questão que tinha colocado e, obviamente, no seguimento daquilo que tem estado a ser discutido relativamente a esta firma Abecassis e Associados na recuperação e, nomeadamente neste contrato celebrado no dia 02/08/2019 por 140.000€ mais IVA o que perfaz 172.200€o que é um valor muito significativo, ora, aqui a senhora Presidente já referiu algumas coisas e disse que na próxima reunião traria elementos adicionais, iremos ficar obviamente à espera desses elementos adicionais, contudo, obviamente, se estamos a falar da recuperação de impostos eu começo por perguntar e a Dr.<sup>a</sup> Susana disse que era sobre um mínimo, ou melhor era uma percentagem sobre o valor que ia recuperar, foi perguntado se havia um mínimo e um máximo, a Dr.<sup>a</sup> Susana adiantou-se e disse que iria haver um mínimo, ou melhor seriam no caso do IVA 20.000€ ora, a minha pergunta em concreto e também porque foi chamado à atenção por parte do Vereador Rui que no passado existiu uma empresa que fazia exatamente esses serviços que era a KPMG que fez



durante algum tempo e também nos disse a senhora Presidente que sobre o montante do IVA e também nos referiu que levava quinze por cento, ou seja, quinze por cento do valor que conseguisse reter ficavam para eles e depois passou para vinte por cento, portanto, suponho e isso é que eu gostaria de saber da parte da senhora Presidente, se optou por deixar de trabalhar com a empresa KPMG que já não aparece na contratação pública já há imenso tempo, portanto, suponho que já tenha deixado de trabalhar com essa empresa há bastante tempo porque se calhar a percentagem passou de quinze para vinte por cento, ora deste pressuposto, sabendo que não está a trabalhar com esta empresa porque o valor era alto, quinze para vinte por cento sobre o IVA que iria recuperar, então parto do princípio que esta empresa, porque só assim é que se poderá negociar levará sempre menos do que os tais vinte por cento, se fossem quinze por cento estaria em pé de igualdade, está é a primeira questão mas, estaremos à espera da resposta na próxima reunião de Câmara conforme a senhora Presidente disse que nos iria trazer. -----

----- Agora como já têm um estudo efetuado sobre a recuperação de impostos no passado com esta empresa, também já nos pode dizer o que é que prevê, obviamente porque ninguém faz um acordo sem primeiro ter feito m estudo prévio para ver se é vantajoso ou não, eu gostava de saber que impostos em concreto se pretende recuperar, já que o IVA pelos vistos é um valor irrisório, estamos a falar de 20.000€, eu queria saber em concreto quais são os impostos que se prevê recuperar e que valor estimativo, qual é a média, ou melhor qual é um valor estimado que se prevê recuperar, porque se assim não o for não se justifica fazer um ajuste direto com uma firma a pagar até 172.000€, tem que ter um valor estimado e era esse valor estimado que eu gostava de saber porque se não, não faz qualquer sentido, esta é a primeira questão na sequência do que foi colocado”. -----

**XXIX- INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS.**-----

----- Respondeu a senhora Presidente da Câmara: “Na sequência do que foi colocado e como já disse há bocado, na próxima reunião trazemos os dados que estão no contrato”. -----



---

**XXX- INTERVENÇÃO DA VEREADORA ANTÓNIA COXITO. -----**

----- Usou de novo da palavra a vereadora senhora Antónia Coxito que referiu: “Então ficaremos a aguardar essa resposta na totalidade. -----

----- Ainda voltando à questão do prazo médio de pagamento que a senhora Presidente disse que não lhe interessa a notícia que saiu na comunicação social, na Rádio Ansiães não tinha que comentar e que, obviamente, eu volto a colocar a questão do prazo médio de pagamento de ser o terceiro pior a nível nacional e a senhora Presidente disse, sim senhor é o terceiro mas até já está a melhorar, ora já está a melhorar, não está a melhorar, senhora Presidente se passarmos de 31/12/2018 encerramento do ano eram 343 dias e era o quarto pior a nível nacional, passou no primeiro trimestre, isto dados publicados pela DGAL recentes, muito recentes a semana passada, passou para 364 dias, ou seja subiu e passou a ser o terceiro pior Município a nível nacional, volto a dizer nacional, depois de facto do primeiro trimestre para o segundo trimestre baixou apenas 12 dias, a senhora Presidente agarra-se a isto e diz já estamos a baixar, como que seja uma grande coisa, eu digo assim, baixou senhora Presidente, baixou apenas 12 dias só que isto não é nada e não é nada e vou-lhe dizer o motivo porque é que baixou e aí é que a senhora Presidente deveria ter em atenção, ao baixar apenas os 12 dias não baixou porque a senhora Presidente mudou a sua gestão e passou a contratar menos e, nomeadamente por ajustes diretos, baixou apenas e eu volto-lhe a dizer, apenas pela seguinte razão é porque conforme bem se recorda e também está nas atas é que a senhora Presidente desde o início do ano trouxe-nos dois acordos que nós aceitámos fazer de redução de dívida, ou de passagem de dívida de curto prazo para médio e longo prazo, ou seja, era um acordo das águas e um acordo dos resíduos, isto tudo os dois somados e já foi isto aqui largamente discutido por todos nós, um valor superior a um milhão de euros, ora obviamente se a senhora Presidente passa um milhão de euros de curto prazo para médio e longo prazo, obviamente que o seu prazo médio de pagamento tem que forçosamente baixar, só que só por este um milhão de euros devia ter baixado muito mais que os 12 dias. Porque é que apenas baixou 12 dias porque a senhora Presidente tem continuamente ido às compras e aliás basta consultar o portal da Base GOV para verificar que só este ano, 2019, a senhora Presidente já conseguiu, eu digo já conseguiu registar em contratos por ajustes diretos na plataforma, eu estou a falar o que está na plataforma dezanove ajustes diretos o que soma ao todo 438.384€ em consulta prévia foram quase 400.00€ senhora Presidente é muito dinheiro estamos a falar de 780.000€ -----



----- Para concluir, como estava a dizer, a senhora Presidente só este ano já gastou muito dinheiro, ou pelo menos já fez muitas contratações na plataforma e voltando outra vez à firma dos Advogados, senhora Presidente, este aqui é mesmo escandaloso porque estamos a ver uma firma de Sociedade de Advogados, uma extremamente conceituada que não se justifica, portanto, para os casos que existem em Freixo, a não ser que, obviamente nos justifique isto muito bem mas nunca o conseguiu fazer, este ano, ou melhor no total os três contratos que fez com esta firma já ultrapassa meio milhão de euros, portanto meio milhão de euros faziam muito jeito numa Câmara pequena ou num Município pequeno Freixo de Espada à Cinta, onde gasta, ou prevê gastar, obviamente, num espaço tão curto já ultrapassa meio milhão de euros, ora meio milhão de euros podia, obviamente, que gasta com uma sociedade de Advogados tendo problemas e processos em tribunal que não se justificam, conforma a senhora Presidente nos disse na prestação de contas e também aquando da discussão do orçamento, eu tenho que falar rápido porque se não, obviamente sei que me corta a palavra, portanto senhora Presidente gostaria que ficasse ai uma nota para podermos discutir na reunião seguinte, como é que a senhora Presidente consegue justificar mais de meio milhão de euros para uma firma de sociedade de Advogados e porque é que na sua gestão não utiliza esse meio milhão de euros para outras necessidades, para outros assuntos, para outros processos que seria se calhar muito mais relevantes, muito mais importantes para o bem-estar da população de Freixo e do Concelho e termino assim, muito obrigado”. -----

## ORDEM DO DIA

----- **RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia doze do mês de agosto do ano dois mil e dezanove que acusa o saldo disponível de: -----

**Dotações Orçamentais** – Duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito euros e vinte e um cêntimos. -----

**Dotações não Orçamentais** – Cento e dezanove mil, seiscentos e cinquenta e oito mil e nove cêntimos. -----



---

----- **APROVAÇÃO DA ACTA:** - Deliberado por maioria, com os votos contra dos Vereadores Nuno Ferreira, Antónia Coxito e Rui Portela, reprovam a ata da reunião ordinária realizada no dia dezasseis de julho em virtude de as alterações efetuadas não serem as necessárias para os Vereadores alterarem o seu sentido de voto. -----

----- Em relação à ata do dia trinta de julho foi deliberado por unanimidade que a mesma seria presente na reunião ordinária do dia vinte e sete de agosto para discussão e votação após a mesma ser alvo de correção e serem incluídas as intervenções efetuadas por todos os intervenientes. ----

## **01 – COMPETÊNCIA EXCECIONAL – DECISÕES**

----- **Despacho datado do dia vinte e nove de julho do presente ano que aprovou a sexta alteração ao Orçamento da Despesa para o ano de dois mil e dezanove – Tomada de conhecimento.** -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Despacho datado do dia vinte e nove de julho do presente ano que aprovou a quinta alteração ao Plano de Atividades Municipais para o ano de dois mil e dezanove – Tomada de conhecimento.** -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Despacho datado do dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e dezanove que aprovou a abertura de procedimento por concurso público, a aprovação das peças do procedimento, a designação dos membros do júri, a designação do gestor do procedimento, a designação do gestor do contrato e a aprovação do projeto de execução, do concurso público da empreitada “arranjo da zona envolvente ao Castelo de Freixo de Espada à Cinta”.** -----



---

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho em apreço. -----

**----- Despacho datado do dia quatro de abril do ano de dois mil e dezanove que aprovou o relatório final e adjudicação, do concurso público da empreitada “arranjo da zona envolvente ao Castelo de Freixo de Espada à Cinta”. -----**

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho em apreço. -----

**----- Despacho datado do dia quatro de abril do ano de dois mil e dezanove que aprovou a minuta do contrato, do concurso público da empreitada “arranjo da zona envolvente ao Castelo de Freixo de Espada à Cinta”. -----**

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho em apreço. -----

**----- Despacho datado do dia cinco de agosto do presente ano que concedeu autorização prévia para lançamento de fogo-de-artifício à Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora dos Montes Ermos. ---**

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho em apreço. -----

**----- Despacho datado de vinte e nove de julho do presente ano que concedeu a cedência do espaço multiusos e respetiva isenção de taxas bem como a isenção de taxas da licença especial do ruído à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta.**

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho em apreço. -----





---

----- Despacho datado do dia vinte e três de julho do presente ano que concedeu autorização prévia para lançamento de fogo-de-artifício à Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora do Rosário de Poiães. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho em apreço. -----

## 08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

----- ENSIGUARDA – ESCOLA PROFISSIONAL, LDA – PROPOSTA DE PARCERIA/PROTOCOLO: Presente uma proposta de parceria/protocolo a celebrar entre o Município de Freixo de Espada à Cinta e a ENSIGUARDA – Escola Profissional, Lda., e que aqui se dá por transcrito ficando um exemplar do mesmo arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- Sobre este ponto da ordem do dia e após as explicações dadas pelo senhor Diretor da Escola em apreço o senhor vereador Nuno Ferreira suscitou algumas dúvidas, nomeadamente qual a quota que o Município de Freixo de Espada à Cinta irá ter na participação desta Escola, uma vez que no protocolo diz igual ou superior a um por cento, e de que forma o Município assegurará o transporte dos alunos. -----

----- Seguidamente foi-lhe respondido pelo Diretor da Escola e pela senhora Vereadora da Câmara Municipal da Guarda de que a quota, após a realização de uma Assembleia Geral, caso o Município de Freixo aprovasse o presente protocolo, a quota do Município de Freixo de Espada à Cinta seria de um por cento e, em relação ao transporte dos alunos o Município da Guarda asseguraria o mesmo às sextas e domingos de Torre de Moncorvo para a Guarda, tendo o Município que salvaguardar o mesmo de Freixo para torre de Moncorvo e vice-versa. -----

----- Depois de devidamente analisado o presente protocolo/parceria a Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder à sua aprovação. –



----- **CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO TÉCNICO – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – PROPOSTA:** Presente a minuta do contrato de participação para acompanhamento técnico a celebrar entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP., e o Município de Freixo de Espada à Cinta cujo objeto é adquirir uma prestação de serviços de acompanhamento técnico necessária para a elaboração da sua estratégia local de habitação e que aqui se dá por transcrito ficando um exemplar do mesmo arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- Seguidamente usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “ esta minuta do contrato a celebrar é entre o IHRU e o Município e é para quê? Vocês lembram-se de já termos falado do primeiro direito que o Governo estipulou para as zonas históricas, para a Câmara se poder candidatar a comprar e a reabilitar para habitação social mas, para isso é preciso fazer um levantamento e há uma empresa que vai fazê-lo só que o custo desse levantamento o IHRU comparticipa com o montante na totalidade que são estes 19.680€ e nós temos aqui a minuta que temos que assinar com o IHRU para eles nos darem o dinheiro para pagar o projeto que vai ser apresentado, que vai fazer o estudo é a SPI que já foram eles que fizeram o levantamento para o PAHRU, já têm conhecimento da zona.”

----- O vereador senhor Nuno Ferreira questionou a senhora Presidente se o Município teria algum gasto em relação a este procedimento ao que a senhora Presidente lhe respondeu que não uma vez que será o IHRU a pagar sendo posteriormente feita uma candidatura em relação às habitações a que a Câmara se propuser a comprar ou a reabilitar mas, em primeiro lugar é necessário fazer este levantamento. -----

----- Depois de devidamente analisada a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a minuta do contrato em apreço. -----

----- **ATOS PRATICADOS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO RESPECTIVO PRESIDENTE, NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO – DL N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DL N.º 136/2014, DE 9 DE SETEMBRO – TOMADA DE**



---

**CONHECIMENTO:** Presente a informação número 249/2019/DTOUH datada do dia 06/08/2019 e que a seguir se transcreve. -----

No âmbito da delegação de competências delegadas pela Câmara Municipal na senhora Presidente da Câmara, informa-se, para efeitos de tomada de conhecimento, a Excelentíssima Câmara Municipal que foram praticados os seguinte atos:

- Por despacho da senhora Presidente no dia 25/07/2019, foi aprovado o projeto de especialidades referente ao processo de obras particulares n.º 23/2012, em nome de Maria Margarida Manta:

- Por despacho da senhora Presidente no dia 24/07/2019, foi aprovado o projeto de especialidades referente ao processo de obras particulares n.º 2/2019, em nome de Adega Cooperativa de Freixo de Espada à Cinta.

É tudo quanto me cumpre informar.

O Chefe de Divisão  
Eng. José Carlos Fernandes

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **ATOS PRATICADOS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO SONORA – REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DO RUÍDO – ART.15º, DO DL N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO – DAVID FILIPE PELICANO SALVADOR - TOMADA DE CONHECIMENTO:** A Câmara Municipal tomou



---

conhecimento que foi concedida a licença especial do ruído a David Filipe Pelicano Salvador. -----

----- ATOS PRATICADOS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO SONORA – REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DO RUÍDO – ART.15º, DO DL N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO – COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DOS MONTES ERMOS DE FREIXO DE ESPADA À CINTA - TOMADA DE CONHECIMENTO: A Câmara Municipal tomou conhecimento de que foi concedida a licença especial do ruído à Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora dos Montes Ermos de Freixo de Espada à Cinta. -----

----- ATOS PRATICADOS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO SONORA – REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DO RUÍDO – ART.15º, DO DL N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO – COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DAS DORES E SANTA BARBARA DE MAZOUÇO - TOMADA DE CONHECIMENTO: A Câmara Municipal tomou conhecimento de que foi concedida a licença especial do ruído à Comissão de Festas de Nossa Senhora das Dores e Santa Barbara de Mazouço. -----

----- ATOS PRATICADOS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO SONORA – REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DO RUÍDO – ART.15º, DO DL N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FREIXO DE ESPADA À CINTA



---

- **TOMADA DE CONHECIMENTO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento de que foi concedida a licença especial do ruído à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta. -----

----- **ATOS PRATICADOS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO SONORA – REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DO RUÍDO – ART.15º, DO DL N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO – JUNTA DE FREGUESIA DE POIARES - TOMADA DE CONHECIMENTO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento de que foi concedida a licença especial do ruído à Junta de Freguesia de Poiares. -----

----- **ATOS PRATICADOS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA DESPORTIVA E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS – DL N.º 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO – COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DOS MONTES ERMOS DE FREIXO DE ESPADA À CINTA - TOMADA DE CONHECIMENTO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento de que foi concedida a licença para realização de espetáculos de natureza desportiva e divertimentos públicos à Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora dos Montes Ermos de Freixo de Espada à Cinta. -----

----- **ATOS PRATICADOS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA DESPORTIVA E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS – DL N.º 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO – COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DAS DORES E SANTA BARBARA DE MAZOUÇO - TOMADA DE**



**CONHECIMENTO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento de que foi concedida a licença para realização de espetáculos de natureza desportiva e divertimentos públicos à Comissão de Festas de Nossa Senhora das Dores e Santa Barbara de Mazouco. -----

----- **ATOS PRATICADOS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA DESPORTIVA E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS – DL N.º 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO – JUNTA DE FREGUESIA DE POIARES - TOMADA DE CONHECIMENTO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento de que foi concedida a licença para realização de espetáculos de natureza desportiva e divertimentos públicos à Junta de Freguesia de Poiares. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** Nos termos do número três do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e para efeitos do disposto no artigo noventa e um do mesmo normativo legal, foi deliberado por unanimidade, aprovar em minuta os textos das presentes deliberações.

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram dezasseis horas da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----

----- E eu, Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município a subscrevo e também assino. -----

A Presidente da Câmara

O Assistente Técnico